

ATA NÚMERO 6

SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2018

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, reuniu, em sessão ordinária, pelas oito horas e trinta minutos, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída por: Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, Carlos Marques da Silva Macedo e Sara Moreira Machado em substituição da segunda Secretária, Marta Marinho, respetivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar por: José Luís Gaspar Jorge, Octávia Manuel da Rocha e Freitas Morais Clemente, Lucinda Fonseca, Raimundo Magalhães Carvalho, Adriano Teixeira Alves dos Santos, Nuno Miguel Oliveira de Sousa Queirós, Ana Rita Brochado Marinho Bastos Batista, André Magalhães e António Ribeiro, respetivamente Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, **Miguel Ângelo Teixeira Coelho**, António Ferreira Soares Araújo, Américo Paulo da Silva Ribeiro, Amélia Maria Gomes de Oliveira, **José Alberto Sousa Pereira**, **Paulo Jorge Barros Barreira**, Pedro Miguel Torres Varejão Reis, Hugo Miguel Costa Carvalho, Eugénia Margarida Pinto Soares Vieira, Sara Luísa Magalhães Maia, Carlos António da Silva Carvalho, António Manuel Pinto Tomaz, **Susana Pinto**, **Carlos Alberto Freitas Miranda**, Manuel da Silva Pinheiro, Vítor Manuel Briga Rei, Flávia de Fátima Ribeiro Queirós, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, Cândido Augusto Pires Zoio, Carlos Marques da Silva Macedo, Dina Maria Teixeira Coelho, **Sara Moreira Machado**, Carlos Alberto Carvalho Machado, Joaquim Augusto Teixeira e Zita Graça Teixeira Pereira.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

ANSIÃES – António Fonseca Brandão
CANDEMIL – Ana Sofia Marinho Briga
FREGIM – Sandra Castro Fraga
FRIDÃO – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós
GONDAR – António Manuel Teixeira da Silva que substituirá o senhor Hugo Vaz por um período de 365 dias
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro
JAZENTE – Carlos Alberto da Rocha Oliveira
LOMBA – José Sidónio Vasconcelos
LOUREDO – Alípio Teixeira
LUFREI – António Alexandrino Ferreira de Magalhães
MANCELOS – Carlos César Carvalho
PADRONELO – Armando Coimbra
REBORDELO – Cláudia Daniela Mota e Silva, substituída por António Manuel Carvalhais Ribeiro
SALVADOR – Gabriel Edgar Fonseca da Silva Gomes
TELÕES – Domingos Pinheiro

TRAVANCA – Fernando José Teixeira da Cunha
VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo
VILA CHÃ DO MARÃO – Rui Filipe Silva Coelho
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABOADELA, SANCHE E VÁRZEA – Henrique
Jorge Nunes Monteiro

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. GONÇALO, MADALENA, CEPELOS E GATÃO

FALTOU

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTELO, CARNEIRO E CARVALHO DE REI –
Ângelo Magalhães

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ SANTIAGO E FIGUEIRÓ STA.
CRISTINA – **FALTOU**

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXO DE CIMA E FREIXO DE BAIXO -
Alfredo Teixeira Carvalho

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLO E CANADELO – Rui Manuel Costa Leite

FREGUESIA DE VILA MEÃ – Lino dos Santos Macedo

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA GARCIA, ABOÍM E CHAPA – **FALTOU**

Pediram a substituição e/ou justificaram a respetiva falta os senhores
Deputados: Pedro Manuel Barros Pereira, Maria do Rosário Magalhães Loureiro, Inês
Brochado Marinho Bastos Batista, Marta Inês Costa Marinho, José Joaquim Magalhães
Teixeira e Fernando José Moura e Silva. Tomou posse o senhor José Alberto Sousa
Pereira. Feita a chamada e verificada a existência de quórum, foi então dado início aos
trabalhos.

Foi dada a conhecer aos presentes a correspondência recebida até esta data.

Foi lida integralmente uma carta subscrita pela senhora Vereadora Ana Rita
Brochado Marinho Bastos Batista, que a seguir se transcreve na íntegra: ***“Ana Rita
Brochado Marinho Bastos Batista, Vereadora em regime de permanência a tempo
inteiro, vem nos termos e para os efeitos do previsto no artigo 3º, nº 1 do
Estatuto dos Eleitos Locais - Lei nº 29/97 de 30 de junho - nos termos do qual “os
Vereadores de Câmaras Municipais, mesmo em regime de permanência podem
exercer outras atividades, devendo comunicá-las, quando de exercício
continuado, quanto à sua natureza e identificação ao Tribunal Constitucional e à
Assembleia Municipal”, comunicar que irá exercer a atividade de Assistente
Convidada na Universidade do Minho, pelo período de seis meses, com início no
dia 1 de outubro, atividade que exercerá sem remuneração.***

Mais informo, que já foi comunicado tal facto ao Tribunal Constitucional.”

Passou-se de seguida à aprovação da ata da sessão anterior, a da reunião de
vinte e oito de junho do ano de dois mil e dezoito.

Relativamente a esta ata apenas a senhora Vereadora Lucinda Fonseca
solicitou algumas correções que de imediato foram atendidas. De acordo com o novo
Código do Procedimento Administrativo não votaram por não terem estado presentes
na referida reunião os seguintes Deputados: António Ferreira Soares Araújo, e Pedro
Miguel Torres Varejão Reis.

Da votação da ata resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

Foi então dado início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra:
“Iniciou-se um novo ano letivo, mais um início que o Ministério da Educação cumpriu
com a sua função, professores colocados, serviço distribuído, ano planificado, enfim,
todas as condições para um regresso tranquilo de milhares de alunos às escolas, e
mais uma vez a Câmara Municipal, no que é a sua responsabilidade, não preparou
convenientemente esse regresso, falo naturalmente da atempada colocação dos

professores das atividades extracurriculares contaminando o bom funcionamento das escolas.

A questão que coloco é simples: Pode-nos dizer quando começarão a funcionar essas atividades nas escolas?

Mais um ano e os alunos de Mancelos e de Figueiró estão a iniciar o ano letivo em condições precárias, e mais uma vez as escolas de onde foram transferidos o ano passado ainda não iniciaram as obras de renovação.

Senhor Presidente em que fase estão os processos de reconstrução das escolas de Felgueiras e da Lama? Para quando é previsível o regresso dos alunos a essas escolas?

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra começou por referir-se ao Plano Desportivo da Baseira, um assunto levado recentemente à reunião de Câmara. “Assim, relativamente a este assunto gostava de questionar o senhor Presidente acerca de todo o processo, das opções que estão a ser tomadas e em que situação se encontra?”.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: “Perante este introito dos senhores Deputados do Partido Socialista, começo já a registar, neste período de antes da ordem do dia, um aspeto que me parece importante para Amarante, e que tem a ver com uma notícia publicada no Jornal de Notícias onde é referido o aumento do alojamento local no Distrito do Porto, sendo que o maior aumento foi verificado no Porto, seguido de Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Póvoa do Varzim, Vila do Conde e Amarante. O aumento do alojamento local em Amarante explica-se pelo aparecimento há três anos do Festival MIMO, e também pelo facto de ter recebido em 2017 o galardão de Cidade Criativa da Unesco.

Falando do MIMO, é de realçar que este ano foi mais um êxito, com mais gente que o ano passado, e por isso felicito a Câmara e Amarante por mais este êxito, que como já se sabe continuará por mais três anos.

Quero também registar a cerimónia de inauguração do Quartel da GNR, com a presença do senhor Ministro da Administração Interna. Quero congratular a Câmara e todo o Executivo pelo desfecho da novela Quartel da GNR. Já estava pronto há um ano e finalmente vai ser ocupado, proporcionando muito melhores condições à GNR, libertando as antigas instalações para outras funções que também são necessárias. Portanto, parabéns senhor Presidente pela conclusão deste processo com muitos anos e que terminou uma obra muito importante e estruturante para Amarante. Está ainda por resolver a melhoria das instalações do Posto Territorial de Vila Meã, mas eu tenho a certeza que também será resolvido a breve prazo porque é uma necessidade urgente melhorar umas instalações que já não são adequadas para a função da segurança que é cada vez mais relevante.

Quero referir-me agora às Termas de Amarante, para dizer que o senhor Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, por despacho de 13 de agosto, depois de ter sido reconhecido pela Direção Geral da Saúde, atribuiu às Termas de Amarante indicações terapêuticas para doenças do aparelho respiratório, doenças reumáticas e músculo-esqueléticas. Eu penso que os senhores deputados do PS virão também fazer este registo, porque é mais um equipamento importante para Amarante e para as pessoas que poderão usufruir dele.

Parabéns também senhor Presidente pela conclusão deste equipamento e deste processo que já se arrastava há muitos anos e que será uma mais-valia para a nossa terra. Parabéns também pelo facto do processo de atribuição de indicações terapêuticas ter sido concluído no período mínimo que tinha sido indicado. O senhor Presidente tinha falado num período entre um e quatro anos, mas disse logo que este

processo tinha fortes possibilidades de ser encerrado no prazo de um ano e foi isso que aconteceu, apesar de haver algumas pessoas que não acreditavam.

Há um outro assunto relativamente ao qual eu estou muito preocupado. O Partido Socialista achou que era muito relevante fazer um comunicado sobre a Saúde Oral. É dito nesse comunicado que Amarante não aderiu, que Amarante não integrou e por isso quero perguntar ao senhor Presidente se este processo é irreversível uma vez que eu tinha ouvido que era para todos os municípios, mas afinal só foram contemplados sessenta e cinco. No período inicial só foram selecionados treze e por isso gostava de saber se estes sessenta e cinco também foram selecionados, ou se Amarante foi convidada e não aceitou, ou se não nos deram qualquer satisfação, ou se não cumpríamos os critérios. Afinal o que se passou?

Parece que o PS de Amarante tinha informação privilegiada acerca do assunto e se assim era, pergunto-lhe se através dos seus Vereadores, o PS alertou a Câmara porque se o critério era para quem “chegasse primeiro”, deviam ter alertado a Câmara. Esta não será mais uma daquelas medidas do Governo que se anunciam e depois ficam pelo meio ou não são totalmente cumpridas? Penso que o senhor Presidente estará na posse destas informações e por isso diga-nos o que é que realmente se passou. Estamos verdadeiramente preocupados com os interesses dos mais desfavorecidos e por isso é que eu realcei que se havia informação privilegiada, quem estava verdadeiramente preocupado com os mais desfavorecidos devia ter alertado. E se o critério era para quem chegasse primeiro, coisa na qual eu não acredito, porque estas coisas não se fazem assim, porque tem de haver alguma competência e rigor nestes critérios, até porque no despacho que eu li, que dizia que era de uma forma faseada em 2019, com uma percentagem de 30%. Em 2020, seria uma outra percentagem até estarem abrangidos todos os municípios. Perante tudo isto vamos ou não ter os 50.000€ para a cadeira do dentista?”

SARA MAIA – PS

No uso da palavra, a senhora deputada fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra:

AS PISCINAS MUNICIPAIS DE VILA MEÃ

“A Câmara Municipal de Amarante, no âmbito da sua política de desporto e de bem-estar, projetou e executou, as Piscinas Municipais de Vila Meã, que foram inauguradas em Novembro de 2007, pelo secretário de Estado do Desporto e da Juventude, o Senhor Dr. Laurentino Dias e pelo então Presidente de Câmara, o Senhor Dr. Armindo Abreu.

Tal empreendimento, à época, destacou-se pelo facto de ser moderno, funcional e dotado de excelentes infraestruturas e equipamentos (como sauna e jacuzzi) que correspondiam às exigências da sociedade.

Esta obra, melhorou significativamente a qualidade de vida das pessoas, na medida em que:

- Permitiu satisfazer necessidades educativas e formativas;
- Criou hábitos de prática desportiva regular, como um estilo de vida ativo e saudável;
- Contribuiu para o aumento da prática desportiva;
- Promoveu a recreação e ocupação dos tempos livres de forma salutar e agradável;
- Contribuiu para a prática desportiva especializada, onde se destaca o polo aquático e a natação de competição;
- Permitiu a formação qualitativa e quantitativa de atletas e de outros agentes desportivos.

Este equipamento, foi de primordial importância para as gentes de Vila Meã, na medida em que a prática física e desportiva, ali praticada, nas suas mais variadas

formas, são transversais a todas as faixas etárias da população, correspondendo às necessidades de todos.

As piscinas de Vila Meã, desde a sua inauguração, têm sido uma referência na prática desportiva, recebendo provas oficiais de natação pura e Pólo Aquático, bem como centenas de atletas por ano, que vêm das mais diversas regiões do nosso país.

Atualmente, para além dos banhos livres, as piscinas, têm aproximadamente 700 utentes inscritos em diversas modalidades, tais como natação, hidroginástica, hidroterapia, Pólo Aquático e natação de competição.

Pese embora, seja uma obra da qual todos nos orgulhamos, o certo é que volvidos mais de 10 anos sobre a sua inauguração, a mesma carece urgentemente de obras de manutenção.

De realçar, que se avizinha o Inverno, o que constitui um grande problema para este equipamento e para todos aqueles que o frequentam, quer ao nível da segurança de pessoas e bens, quer de condições mínimas para a prática desportiva, na medida em que nos dias de precipitação, existem infiltrações de água nas paredes, entra água nas bancadas, no interior das piscinas, nos balneários, nomeadamente na zona dos cacifos, bem como nas partes comuns, sendo frequente ver-se baldes por todo o lado com água, que nada dignificam este espaço.

Tendo em conta, que já há três anos consecutivos, as piscinas municipais de Vila Meã, fecham no Verão, entre três a quatro semanas consecutivas por ano, com a indicação de “encerrado para manutenção” e que reabrem exatamente do mesmo modo como encerraram, solicito dois esclarecimentos ao Senhor Presidente de Câmara: 1.º Quais as obras e/ou procedimentos de manutenção que foram feitos? 2.º Quando teremos o problema resolvido?”

CARLOS CARVALHO – PSD

No uso da palavra disse que no seguimento da intervenção que acabou de ouvir, achava importante sublinhar algumas das coisas que aqui foram ditas. Alguns dos problemas que têm vindo a ser resolvidos não só neste mandato, mas também no mandato anterior, são referentes, como este é, a uma obra com uma década. Isto significa que estamos a falar de uma obra que terá tido problemas de concessão e eventualmente mau planeamento onde alguma coisa não terá corrido bem, porque, uma obra desta envergadura, não teria ao fim de uma década os problemas que aqui foram relatados, que ninguém nega que existem, mas que tanto quanto sei têm vindo a ser resolvidos. Esta obra junta-se a um conjunto de outras obras que em várias Assembleias Municipais foram faladas e que também não foram corretamente planeadas na altura, no seguimento desta intervenção, é importante ressaltar que o atual Executivo chamado muitas vezes a resolver problemas no presente, que são fruto de más decisões do passado, presente hoje, que na altura era futuro. Eu percebo que isto custe e que as interjeições surjam, mas devemos também lembrar os campos de treino do Amarante Futebol Clube, uma obra muito recente e que hoje é também um problema. Devemos lembrar a Biblioteca Municipal, cheia de problemas desde a sua concessão. E devemos também falar, porque não, das Piscinas Municipais de Amarante, que apesar de terem mais idade sempre tiveram problemas desde a sua concessão. Importa referir que muitas vezes aquilo que fazemos à data de hoje tem um impacto no futuro e portanto não só isto deve ser resolvido hoje, como deve hoje a Câmara planejar e fazer com que as obras que hoje executa, não causem problemas para o futuro, como estas causaram e ainda bem que o PS também o ressalva.

SARA MAIA – PS

No uso da palavra disse que uma das razões no atraso da inauguração do Quartel da GNR se deveu à existência de infiltrações de água. Fica o registo.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: “Se há infiltrações, no Posto da GNR e estando a obra dentro da garantia, se assim for será acionado o processo da garantia. Agradeço que as enumere e diga onde elas estão. Fui à inauguração e ouvi o senhor Ministro da Administração Interna dizer que, ainda não tinha vindo por causa de um elevador necessário ao apoio de um guarda que em tempos teve um acidente. É importante dizer que no decorrer da construção o senhor Presidente quis que fosse colocado, mas a GNR na altura não quis. Das infiltrações não sabia, mas se as há agradeço que a senhora Deputada informe com detalhe para se acionar o respetivo processo de garantia.

JOSE LUÍS GASPAR – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara começou por responder às questões colocadas pelo senhor Deputado Cândido Zoio a quem disse: “Os atrasos na colocação dos professores para as AEC’s não se devem ao Município de Amarante. Os Diretores dos Agrupamentos indicam à Câmara os horários e só a partir daí é que fazemos a candidatura. Acontece porém que com a greve dos professores, não houve a possibilidade dos Diretores dos agrupamentos constituírem atempadamente as turmas. Foram-nos enviadas, não com aquele tempo que seria desejável da nossa parte, até porque desta vez não tínhamos problemas com o quadro do mapa de pessoal, mas só a partir dessa altura é que pudemos avançar com o processo. Portanto, o atraso deve-se à incapacidade que os senhores Diretores dos Agrupamentos tiveram em dar a resposta atempada à Câmara. De qualquer das formas, neste momento estamos a fazer tudo em tempo útil.

Relativamente às escolas, tivemos esta semana desenvolvimento por parte da CCDRN. Estamos neste momento no período de audiência prévia e por isso acredito que dentro de poucas semanas iremos lançar o concurso. Também quero dar-lhe nota de que na altura das candidaturas, houve alterações a meio dos procedimentos. Tivemos de esperar pela conclusão de alguns pareceres para poder lançar concursos. Infelizmente está a causar transtorno, principalmente às crianças que já deviam estar a ocupar aquele espaço.

Relativamente à questão colocada pelo senhor deputado Hugo Carvalho, relativamente ao complexo desportivo da Baseira, na altura entendemos fazer um estudo em que pudéssemos acumular e integrar juntamente com as piscinas, uma necessidade premente para Amarante, também um pavilhão municipal. Acontece que depois do estudo feito achamos que devíamos recuar no estudo, por várias razões entre as quais a volumetria que iria apresentar e os custos que seriam extremamente onerosos. Trouxemos o assunto de novo à reunião de Câmara, para apresentar um novo estudo em que o programa funcional contemplasse só as piscinas. Foi só isso que aconteceu. Portanto, neste momento estamos a estudar uma nova filosofia para a ocupação daquele espaço que nos levará a um projeto final, para podermos depois pensar na questão do financiamento. Será uma obra muito importante e houve da parte dos técnicos muito trabalho, muito cuidado e muito rigor para que naquele local nasçam umas piscinas de futuro para Amarante.

Relativamente às questões colocadas pela Dra. Sara Maia, quero dizer-lhe que as piscinas de Vila Meã são importantes para a região, mas que ficaram mal executadas pela empresa que as construiu. Não vou acusar o anterior Executivo porque não foi a Câmara quem as construiu. Foram objeto de uma empreitada que lhes deixou muitas mazelas. Entretanto a empresa entrou em insolvência e vai ter de ser a Câmara a fazer essas reparações. No âmbito da eficiência energética estamos também a fazer um projeto no sentido de otimizar a eficiência do edifício, que quando estiver concluído vai ajudar a resolver muitas das patologias que lá estão. A cobertura sofrerá também melhorias, tendo em conta a otimização energética que se vai verificar.

E já agora senhora Dra. eu acho que todos aqui ficamos estupefactos. A senhora descobriu algo que ninguém descobriu até agora. Eu digo-lhe uma coisa, eu

vou contratá-la para minha assessora, porque realmente a senhora tem uma capacidade de visão que ninguém tem. Então a senhora viu infiltrações na G.N.R? Isso é uma coisa fantástica, é que nunca ninguém me falou de semelhante coisa, e, portanto, eu fico-lhe eternamente grato, porque eu vou já disparar para todo o lado a pedir, antes que a empresa possa falir, para corrigir essas desconformidades que há. Senhora Dra., eu não sei onde é que a senhora ouve as coisas ou se sonha com as coisas. Eu acho que a senhora enquanto deputada, até porque está inserida numa bancada e também tem o dever de ter algum cuidado com o que profere aqui neste púlpito, tem que ter mais algum cuidado. É uma sugestão que eu lhe dou, não porque a mim me incomode, até porque enfim, dá para eu me rir um bocado e seguramente depois desta assembleia podermos contar estas peripécias, recordando e rindo um bocado com estas afirmações que a senhora aqui faz. Mas eu acho sinceramente, que deveria ter algum cuidado nessa matéria porque aquilo que a senhora disse não é verdade, e portanto também é grave. E a senhora, julgo que tem mais conhecimentos do que eu daquilo que é a lei e também é grave, enfim, dizer aquilo que não corresponde à verdade.

Relativamente à intervenção do senhor deputado António Araújo e à questão que me colocou relativamente à saúde oral em Amarante, quero dizer-lhe que foi algo que me incomodou.

Vou passar a ler um texto que deverá ficar em ata que diz exatamente aquilo que penso relativamente a este assunto. Assim, *“no âmbito do despacho nº 8861 – A/2018 do senhor Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, que originou os já noticiados protocolos entre as administrações regionais de saúde e 65 municípios portugueses, cumpre-me, em primeiro lugar, informar esta Assembleia do seguinte:*

1 – A Câmara Municipal de Amarante não foi informada da possibilidade de estabelecimento deste protocolo em nenhum momento anterior à publicação do referido despacho;

2 – O despacho do senhor Secretário de Estado Adjunto e da Saúde data de 18 do corrente mês de Setembro;

3 – Os 65 protocolos foram assinados nesse mesmo dia 18 de Setembro;

4 – Segundo o portal de notícias do Governo: “O XXI Governo inscreveu como meta, no seu Programa para a Saúde, a criação de, pelo menos, um gabinete de saúde oral por Agrupamento de Centros de Saúde até ao final da presente legislatura.”

5 – A seleção dos Municípios que integram este primeiro grupo de 65 protocolos assinados foi discricionária;

Prestada esta informação, quero, em segundo lugar, dizer aos representantes do Partido Socialista, particularmente aos que têm responsabilidades na atual comissão política de secção que, se eventualmente dúvidas restarem, sugiro que confirmem esta informação junto de qualquer presidente de Câmara. Mas façam-no mesmo!

Dizer ainda o seguinte:

Fui candidato a Presidente da Câmara Municipal de Amarante por quatro vezes; nas duas primeiras, não venci a eleição; exerci, portanto, dois mandatos como primeiro vereador eleito da oposição nesta Câmara; sei bem, portanto, qual é o papel da oposição;

Ora,

nunca, em momento nenhum, fiz uso da mentira, ainda que daí pudesse tirar dividendos políticos fáceis.

Nunca o fiz, porque respeito os Amarantinos, mas também porque respeito os adversários.

E nunca o fiz, desde logo porque entendo que o combate político não é para ser fácil. É para ser leal.

Infelizmente, em Amarante, vivemos momentos em que a oposição não pensa assim: “à boa maneira moderna das redes sociais” entendeu a direção do Partido Socialista de Amarante que tinha encontrado uma espécie de “filão” de desgaste político da

Coligação Afirmar Amarante, neste assunto da Saúde Oral. Vai daí, decidem enganar descaradamente os Amarantinos, falando sobre o que não sabem, mentindo sobre o que sabem e, mais importante do que tudo, dando um sinal claro de irresponsabilidade, de falta de verticalidade e de que o caminho que escolheram é o caminho do “vale tudo”. Mas não vale tudo.

Deixem-me, aliás, dizer que é por comportamentos como estes que a classe política está descredibilizada.

Com este comportamento, a cúpula do Partido Socialista de Amarante, regista na história política da nossa terra um enorme contributo para a descredibilização da classe política.

Lamento muito. Sinceramente”.

HUGO CARVALHO - PS

No uso da palavra disse que começava pela primeira pergunta que anteriormente fez ao senhor Presidente da Câmara. O senhor Presidente referiu que foi candidato por quatro vezes à Câmara Municipal de Amarante e em todas elas referiu como projeto estruturante para o desporto, a zona desportiva da Baseira. Sempre referiu que Amarante precisava das piscinas e do pavilhão municipal, porque no seu entender eram equipamentos estruturantes para o desporto. Foi assim que em 2013 se apresentou às eleições. E foi assim que em 2016, em dia que não posso precisar, que deu início ao projeto que aqui referiu que contemplava a zona da Baseira, as novas piscinas municipais de Amarante, um pavilhão e uns campos de ténis que considerava essenciais para Amarante. Em 2013 pensava assim, em 2016 pediu esse estudo e em 2018 reverte o seu pensamento. Mudou assim tanta coisa em Amarante que em tão pouco espaço de tempo a Câmara tenha de mudar de estratégia? As piscinas que eram imperiosas para Amarante, referidas em quatro campanhas eleitorais agora, depois de estar com cinco anos de mandato, diz nesta Assembleia que não sabe quando é que vai iniciar a sua construção. Sendo assim, precisávamos de mais esclarecimentos sobre isso.

Outro aspeto muito importante é perceber, porque também não se referiu a isso, qual é a alternativa para o pavilhão municipal. O senhor Presidente dizia que era importante construir no complexo desportivo um pavilhão municipal mas, vem hoje dizer, que o pavilhão municipal será substituído pelo pavilhão da Escola Amadeo de Souza Cardoso e pelo pavilhão da Escola Secundária de Amarante. Os equipamentos que irão substituir esse pavilhão municipal, pelo menos até ser construído um novo, satisfazem as necessidades desportivas que hoje o município considera para o concelho? É que vir hoje dizer que um equipamento já não serve a plenitude das suas funções, passados vinte anos da sua construção, é fácil, mas planejar o futuro hoje, com as opções que estão a ser tomadas, é nosso imperativo. Portanto, este é um importante debate. Amarante, com as opções que estão a ser tomadas no ponto de vista desportivo, irá resolver os seus problemas? Está a ser feito esse planeamento estratégico de forma adequada? Quanto tempo é que vamos precisar para termos esses equipamentos?

Ainda no âmbito de algumas considerações tecidas no âmbito desta Assembleia, quero dizer que o PS, e se calhar todos nós, ficamos satisfeitos com as coisas boas que acontecem. A inauguração do Posto da GNR é uma coisa muito positiva para Amarante. A inauguração das Termas foi naturalmente muito positiva. Quanto ao alojamento local, acho que os níveis de Amarante não são preocupantes, e são um bom indicador. Portanto, todos nós ficamos contentes com as coisas boas que acontecem no nosso concelho, mas também é importante realçar que muitas delas são fruto de muito trabalho ao longo de décadas. Não tenhamos a menor dúvida. Construir umas instalações para uma força de segurança, infelizmente é um trabalho de décadas. Agora, o Posto está feito, está inaugurado e não vamos continuar nas

Assembleias a discutir quem é “o pai da criança”. A obra foi iniciada com o PS e foi terminada agora.

Vou agora falar do tema que o senhor Presidente da Câmara aguardava de forma ansiosa, com uma declaração escrita, para dizer o seguinte: o PS é um partido do poder e um partido do poder que em Amarante tem uma larga história. E como um partido que ambiciona governar Amarante, é um partido responsável que não recorre a truques baixos para ganhar a Câmara Municipal de Amarante, que fique bem claro. Não pode ficar passivo quando acha que os destinos da nossa autarquia não estão a ser defendidos. Neste caso em particular foi esse o nosso entendimento e vou explicá-lo sem precisar de utilizar palavras como mentira e outras. Vou explicar de forma correta qual o nosso posicionamento. Este governo e bem, numa lógica de defesa do Serviço Nacional de Saúde, entende que a extensão da saúde oral no SNS é um aspeto importante. É importante referir como é que chegamos aqui. O senhor Presidente, quer nesta Assembleia quer nas informações que deu à LUSA, esqueceu-se de dizer que estamos a falar de um despacho datado de 18 de setembro deste ano. Não estamos a falar de um despacho de uma outra data qualquer. Estamos a falar de um programa do Governo que começou quando este Governo iniciou a sua legislatura, onde já estava prevista esta medida. Estamos a falar do despacho número 8591 de 2016, publicado em Diário da República em 1 de julho de 2016, onde é criado o projeto piloto para a criação dos Gabinetes de Saúde Oral nos Centros de Saúde. Passaram mais de dois anos desde que esse projeto piloto foi criado. O senhor Presidente não acha que dois anos é tempo suficiente para ter questionado as entidades competentes sobre essa possibilidade? Senhor Presidente, eu sei bem que há critérios e que o programa é faseado, mas também há concelhos aqui na região que quando se aperceberam que o projeto piloto tinha sido criado e que ia haver o alargamento foram trabalhando durante dois anos para que pudessem ter esse serviço. É aqui que Amarante perde, senhor Presidente. Foi nesses dois anos que o senhor Presidente não conseguiu concretizar esse investimento. Pode haver critérios, mas Amarante tinha de ter trabalhado para capitalizar esse investimento para Amarante. O senhor Presidente disse muitas vezes nesta Assembleia que não iria ficar sentado no gabinete e que se preciso fosse iria a Lisboa todas as semanas. É, portanto, à luz deste posicionamento, que nós dizemos que o senhor Presidente da Câmara devia ter feito mais para que esse gabinete tivesse sido criado em Amarante, não obstante, para que no futuro não trabalhe para que ele venha a ser criado. Mas, infelizmente nesta fase não nos conseguimos posicionar nesta linha da frente. Outros o fizeram porque provavelmente reuniram melhores critérios para receber esse serviço.

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra começou por dizer: “O senhor Presidente usa como sempre a mesma estratégia. Agora a culpa é dos professores que não lançaram as notas, que não constituíram turmas e não fizeram horários. O Ministério da Educação que tem centenas de professores, conseguiu colocá-los atempadamente, porque há uma previsibilidade de turmas. O que nós estamos aqui a falar, é na questão dos horários que se traduzem em mais ou menos uma hora. Certo é, que em relação à questão das escolas há muitos alunos que estão a fugir para o concelho vizinho de Felgueiras porque não têm condições objetivas na escola onde estão agora alocados. Portanto, esta é mesmo uma situação em que a Câmara tem essa responsabilidade. E mais: a questão não se prende com o facto de em quinze dias ou um mês, termos menos horas de aulas. O facto é que estes horários têm de ser articulados com os horários normais das escolas, principalmente com as horas da disciplina de inglês do terceiro e quarto anos porque se assim não for feito os alunos não conseguem assistir a estas aulas, pois os autocarros vão buscar os alunos às três e meia da tarde. Por esse facto, vamos aqui criar uma dualidade de aprendizagem e uma situação que não é correta.

Relativamente à fuga de alguns alunos para outras escolas, o senhor Presidente sabe que pela Carta Educativa estas escolas tinham de estar concluídas em 2023. Antecipou-as, o que leva a pensar que havia um planeamento. Agora, vem dizer que hipoteticamente vai iniciar uma obra de reconstrução dessas escolas. Mas senhor Presidente, o senhor faz com que se desloquem alunos, altera a vida familiar das pessoas, coloca-os em contentores porque hipoteticamente vai iniciar umas obras para a construção de um novo equipamento? O senhor tem noção de que há alunos que saem de casa às sete e meia da manhã para poderem ter aulas às nove? São estas as questões que gostava de ver esclarecidas, porque em tudo na vida temos de tomar as decisões corretas, estudadas, planeadas e o senhor Presidente nesse aspeto deixa muito a desejar.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: “Compreendo a narrativa da bancada do PS, e da Dra. Octávia no mandato anterior. Agora, há certas narrativas que eu não compreendo. Parece que estamos num espaço diferente. Agora falamos de mandar alunos para Felgueiras. Se era para 2023 e se antecipou, ainda bem. E se não antecipou, se calhar os Centros Escolares já deviam estar feitos há vinte anos. Há coisas que não percebo.

Passa-se o mesmo com o programa para os dentistas. O despacho de 2016 tinha por objetivo criar um projeto piloto e inclusive nos anexos desse despacho podíamos ver uma listagem dos municípios que foram contemplados. Sendo assim o que é que o senhor Deputado andou a fazer durante dois anos? Se já sabia há dois anos que isto ia acontecer porque é que não alertou a Câmara? Nós, quando estávamos na oposição, se queríamos fazer uma oposição séria, positiva e construtiva alertávamos a Câmara. Quem cá está do anterior executivo sabe que era assim. Se tínhamos informação privilegiada, se estávamos verdadeiramente preocupados com os destinos de Amarante, se estávamos preocupados com os mais desfavorecidos, alertávamos. Se a Câmara não atendesse, então é que vínhamos dizer que nós alertamos, que o interesse de Amarante estava primeiro, mas que a Câmara nada fez, foi negligente e teve esta ou aquela omissão. Isso sim, era uma oposição séria e construtiva.

Para terminar quero fazer uma interpelação à Mesa no sentido de que seja dado mais tempo ao senhor Presidente da Câmara depois deste ter usado da palavra, para que ele possa responder às questões que lhe são colocadas fora do período de tempo a que a Câmara teve direito. Essa concessão não vai contra o Regimento e parece-me do mais elementar bom senso conceder esse tempo para que ele possa responder às perguntas ou prestar esclarecimentos”.

SARA MAIA – PS

No uso da palavra disse: “Queria registar a linguagem pouco cordial do Senhor Presidente de Câmara, que lida mal com a crítica e na falta de argumentos parece-lhe mais fácil ofender os membros desta Assembleia. A seu tempo veremos a outra questão da G.N.R esclarecida”.

PEDRO REIS – PSD

No uso da palavra o senhor Deputado começou por dizer: “As preocupações apresentadas pela oposição relativamente à zona desportiva da Baseira, também são preocupações para o seu partido. O Dr. José Luís Gaspar tem sido um forte apoiante da atividade desportiva em Amarante. Sabemos que as piscinas têm problemas. Os problemas que hoje se verificam nas de Vila Meã são diferentes dos verificados nas de Amarante, que se encontram quase em fim de vida, pelos anos que já tem de uso. O senhor Presidente tem vindo a analisar, aliás como tem feito para todos os processos, o que é o planeamento correto do que é um equipamento dispendioso e caro e numa primeira fase tentou dar um acréscimo desportivo ao concelho com a criação deste

equipamento. Foi analisado, foi conversado, foram consultadas pessoas da sociedade civil, sendo eu uma delas, e conclui-se que o projeto era demasiado dispendioso para o desenvolvimento desportivo que ia criar. Iríamos gastar muito dinheiro, do qual não iríamos retirar pleno resultado desportivo. Sendo assim, e ao que hoje percebi, o senhor Presidente tomou a decisão de dar prioridade à construção das piscinas municipais para aquela zona, que é de facto a primeira opção tida em conta em todas as candidaturas que fez, e colmatar a utilização de um espaço desportivo que é o pavilhão, com a utilização do pavilhão da EB2-3 e do pavilhão da Escola Secundária, que passarão a ter um uso pleno. De dia com os alunos e depois do período letivo com as associações. Entendo que o senhor Presidente da Câmara está a planear bem não investindo só por investir. As piscinas que eu gostaria de ver construídas são efetivamente uma necessidade, mas também compreendo que havendo ainda umas a funcionar, que com alguma manutenção vão continuando a garantir o serviço público, não vejo que se tenha de imediato de dar início à construção de um novo equipamento. Isso poderá e deverá ser feito quando houver disponibilidade financeira”.

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse: “A preocupação do PS relativamente a este assunto é uma preocupação construtiva e aquilo que o PS já alertou na própria reunião de Câmara é que achamos que o pavilhão da escola Amadeo de Souza Cardoso não tem neste momento, ainda que só em projeto, as valências para substituir o projeto que o senhor Presidente tinha para o pavilhão da zona da Baseira. É por isso que estamos aqui, em tempo oportuno a falar da questão para que possamos planear de forma a que casos como os que o senhor deputado Carlos Carvalho referiu, não se venham de novo a verificar e também para que não se diga que fruto do tempo não planeamos em tempo oportuno.

Quero também dizer ao senhor deputado António Araújo, com toda a franqueza, que todos nós temos as nossas obrigações enquanto cidadãos e enquanto políticos, mas a responsabilidade da liderança da Câmara Municipal em muito se deve ao Executivo Municipal. Um bom princípio de um bom gestor, e de um Presidente de Câmara quando é eleito, é ver dentro do programa do Governo aquilo que em primeiro lugar é mais útil para termos no nosso concelho. Isto estava claro no plano do Governo do PS e desde o projeto de 2016, o senhor reuniu alguma vez com a ARSN, ou o ACES, que são entidades que podem dar informações sobre aquilo que pode ser importante para o nosso concelho?”.

ANTÓNIO TOMAZ – CD/PP

No uso da palavra disse que gostaria de deixar algumas perguntas ao senhor Presidente da Câmara. Disse que há uma coisa que o preocupa bastante e que tem a ver com a Linha do Douro. Eu sei que Amarante se preocupa muito com a linha do Tâmega mas a Linha do Douro tem também muita importância, porque pelo menos essa está lá e deve ser motivo para as nossas preocupações. Disse saber que ultimamente tem havido várias reuniões com intervenções de outros concelhos. Assim, perante as notícias que vão aparecendo, gostava de saber qual a opinião da Câmara, o que é que tem sido feito e o que é que para o futuro está a ser planeado? - “preocupa-me que no futuro a estação de Vila Meã venha a perder a importância que hoje tem e passe a ser apenas uma estação de passagem entre Caíde e Marco de Canavezes, deixando de ser uma estação de primeira.

Como também se falou aqui de desporto, eu queria fazer uma pergunta, relativa a um assunto que não tem diretamente a ver com esta Câmara, porque é já um projeto muito antigo e que tem a ver com o Pavilhão desportivo de Vila Meã, prometido há muitos anos e que até hoje nunca foi construído”. Para quando a sua construção?

VITOR REI – PSD

No uso da palavra, referiu-se às palavras do senhor deputado Hugo Carvalho, que na sua intervenção disse: “*O PS não recorre a truques baixos para ganhar a Câmara Municipal*”, mas de facto devia ter dito que, não ganha a Câmara Municipal recorrendo a truques, que eu já não diria baixos. Pensei que na última intervenção que fez, viesse pedir desculpa aos Amarantinos pela mensagem que passou nos últimos dias relativamente à questão dos dentistas. A única questão que eu aqui lhe coloco é se de facto sabia ou não, antecipadamente, que a Câmara Municipal de Amarante iria ficar de fora da lista dos 65 municípios?”.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: “Uma bancada ceder o tempo a outra não está no espírito do regimento, mas o que eu gostaria de sugerir, uma vez que houve uma pergunta direta ao senhor Presidente da parte do senhor Deputado Hugo Carvalho, bem como de outros intervenientes, era que a Mesa estabelecesse um período razoável, que terá de ser obviamente curto e a título excecional, para que o senhor Presidente possa ter algum tempo para responder às perguntas que lhe foram colocadas depois de terminado o tempo da Câmara”.

Entretanto, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** disse que esta cedência de tempo não é inédita. Aceitou a sugestão do orador anterior e atribuiu ao senhor Presidente da Câmara três minutos para que ele pudesse responder às questões que anteriormente lhe foram colocadas.

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse que não quer fazer desta questão nenhum facto político. Disse conhecer o programa eleitoral do PS, mas não tem conhecimento que a Câmara de Amarante esteja a diligenciar para ter os melhores serviços em Amarante.

JOSÉ LUÍS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra e em resposta às questões que lhe foram colocadas o senhor Presidente disse: “No meu programa eleitoral tenho também a saúde oral como uma meta prioritária e inclusive há uma semana atrás tive uma reunião com a ACES e com a DDCS, para definir tudo que é saúde em Amarante. Vamos também ter reuniões com as direções das escolas para implementar saúde oral em Amarante e não vamos ter que dar 50.000 euros. No entanto, ninguém nos comunicou nada. Quero pedir desculpa, porque o que vou dizer não tem nenhuma intenção provocatória, mas quero dizer-lhe senhor Deputado que o senhor não sabe do que está a falar. A minha declaração relativamente a este assunto está feita. Pedia-lhe, se assim o entender, que falasse com o Dr. Paulo Pereira, ilustre Presidente da Câmara de Baião, porque depois disso, na próxima Assembleia, o senhor Deputado certamente virá aqui a este púlpito pedir desculpa aos senhores Deputados e aos Amarantinos.

Relativamente ao planeamento agradeço a intervenção do senhor Deputado Pedro Reis, porque é um homem do desporto e como sabe do que fala, sabe que estamos a planear o desporto em Amarante. Há, contudo, prioridades. Uma das prioridades é a construção de um pavilhão em Vila Meã. Estamos ainda numa fase muito inicial da sua conceção, mas quero dizer que já há trabalho feito relativamente a essa matéria, nomeadamente no que diz respeito à localização. Muito se tem falado na localização, que parece já estar encontrada.

O pavilhão que vamos fazer para a escola também irá servir para a prática desportiva no que diz respeito à formação. Prioritário é a construção de uma piscina. Não quero dizer com isto que não se queira muito mais, mas temos de ter uma calendarização e uma programação financeira. Não podemos fazer como se fazia no passado, em que havia muita vontade, muitas ideias, mas nada foi feito.

Quanto às AEC's quero dizer que no dia 10 de agosto, a Câmara Municipal de Amarante recebeu a informação por parte dos Agrupamentos daquilo que eram os horários disponíveis. No dia 13 de agosto iniciámos a abertura dos procedimentos porque só depois disso é que podíamos fazer a abertura dos concursos. Estamos a cumprir rigorosamente tudo aquilo que diz respeito a este procedimento. Estamos na fase da audiência prévia e a partir de 8 de outubro começamos. Mais não lhe posso dizer, nem fazer. Tenho pena que o senhor não perceba esta linguagem. A mim não me coloque mais nenhuma questão a este respeito porque eu não lhe vou responder. Coloque-as aos Diretores dos Agrupamentos porque, senhor deputado, há coisas que não custam nada perguntar, até porque, como são da mesma família política, podia, antes de vir para aqui, ter perguntado aquilo que queria saber”.

Terminado o Período de Antes da Ordem do dia, passou-se de imediato ao período destinado a intervenções das pessoas do público que previamente se inscreveram para esse efeito.

Inscreveram-se então os senhores:

PAULA SANTOS, que no uso da palavra perguntou ao senhor Presidente da Câmara se no canil de Amarante eram abatidos animais e se o mesmo está a cumprir a legislação em vigor. O senhor Presidente respondeu-lhe de imediato, dizendo-lhe que a lei sempre foi cumprida e nunca houve abate de animais no canil, exceto em situações de doença ou ferimentos graves. Foram até hoje recolhidos 170 animais, dos quais 103 foram adotados. Há ainda 31 à espera de adoção tendo ainda sido abatidos 23, porque se encontravam doentes ou muito feridos.

Usou de seguida a palavra o senhor **ANTONIO ADELINO**, que disse o seguinte: “ Senhor Presidente, os regulamentos são para se cumprir, também concordo, todavia eles não são imutáveis, há que adaptá-los aos tempos, um parêntesis, tempos houve em que os mortos eram enterrados nas igrejas e teve que se mexer para alterar esse estado de coisas; como sabemos esteve na origem da chamada reação, perdão, revolta da Maria da Fonte-Patuleia que lutava para manter este estado de coisas, ou seja, enterrar os mortos nas igrejas; dizia eu, que há que adaptar e fazer os ajustes necessários a esses mesmos regulamentos, no caso concreto do cemitério municipal. Há casos de campas compradas, ainda vazias, género açambarcamento, enquanto outros porque tiveram que sepultar na secção que não vendem, porque na secção que vendem já não há, com casos como o referido há pouco, campas vazias, vêm-se na situação de num futuro próximo, cerca de 5 a 8 anos serem “despejados” e deste modo deixarem de visitar e homenagear os seus entes queridos, (em vida temos gente sem casa e casas sem gente para na morte dar-se o caso de campas sem mortos e mortos sem campas, peço desculpa se feri suscetibilidades pelo tom macabro utilizado). Acha justo e correto a forma como decorreu a venda? Vender sim conforme o desenlace, morreu comprou, (nas filas de atendimento é-se aviado consoante a ordem de chegada); o que dirá o senhor presidente aos familiares que perderam os seus entes queridos, como dum caso que me é próximo, dum jovem pai que perdeu o seu único filho, cujo único conforto que lhe resta é visitá-lo mas que mais dia menos dia acabará, deixando de ter o lugar para o homenagear e mitigar a saudade eterna?

Senhor Presidente quanto à autorização do senhor Vereador Prof. Nuno Queirós responder a uma intervenção dum senhor do público em que o menciona, concordo consigo quando diz que é o senhor Presidente da Assembleia que tem esta prerrogativa, (não sei se esta sua posição é franca ou se é apenas “para sacudir a água do capote”); trata-se dum caso de lógica, um à parte, quando estudei lógica que era um capítulo de matemática do 10º ano, já lá vão uns anos, a função implicação dizia-nos que se A implica B e se B implica C então A implica C; ora, se cabe ao senhor Presidente da Assembleia autorizar ou não o senhor Presidente da Câmara de usar da palavra e se este, o Presidente de Câmara, autoriza ou não os senhores Vereadores do uso da mesma, por maioria de razão e pela lógica, cabe ao senhor Presidente da Assembleia autorizar ou não o uso da palavra ao senhor Vereador. De todo o modo se

o regimento atribui essa incumbência ao senhor Presidente da Câmara, tudo bem, pedindo então senhor Presidente que autorize o senhor Vereador em questão que nos conte a sua versão relativamente ao caso em apreço, Universidade Sénior.

Senhor Presidente consegue explicar-me, e voltamos à lógica, como é que uma instituição como a Câmara que apoia e estimula, e muito bem, um dos ex-libris da nossa região, o vinho verde, nomeadamente com o evento UVVA (universo da vinha e do vinho), ao mesmo tempo tem como apoio-patrocínio num outro evento, este de cariz cultural, festival MIMO, uma marca de vinhos que não sendo amarantina, e não faltam grandes marcas, graças a Deus, ao menos pertence-se à região dos vinhos verdes, mas não, a dita marca é Douro; presta-se o festival MIMO, com todo o seu potencial de divulgação a que a região demarcada dos verdes (Amarante) sirva de barriga de aluguer aos vinhos maduros Douro, é um mimo que os durienses não estavam à espera”.

De imediato, usou da palavra o senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, para dizer ao senhor António Adelino, que só o senhor Presidente da Câmara é que pode autorizar os senhores Vereadores a usarem da palavra. “Está na lei e não fui eu quem a fez. Não é uma questão de lógica, mas sim uma questão de lei”.

De seguida, o senhor Presidente da Câmara deu autorização ao senhor Vereador Nuno Queirós, para que este pudesse esclarecer a questão que foi colocada relativamente à Universidade Sénior. Assim, usou da palavra o senhor Vereador que disse que a “Universidade Sénior é uma iniciativa da Câmara Municipal de Amarante e eu enquanto técnico superior apresentei esse projeto à Câmara. Na altura, por questões logísticas foi proposta a criação de uma associação, o que veio acontecer. Essa associação fazia a gestão da Universidade Sénior. Agora, por uma decisão política e legítima foi entendido que essa gestão passasse para a alçada da Câmara, uma vez que o projeto e a iniciativa são da própria Câmara. Para além disto não haverá certamente mais nenhuma explicação que eu possa dar”.

Usou de seguida da palavra o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, que em resposta ao senhor António Adelino lhe disse: “Eu percebo a sua crítica relativamente ao vinho patrocinador do MIMO, que não era da nossa região, porque eu também a fiz. Eu também entendo que deve ser o vinho da região que deve lá estar. Quero também dizer-lhe que isso não foi da responsabilidade da Câmara de Amarante, mas sim da entidade organizadora que faz a gestão dos terrados e que essa marca é propriedade de um dos mecenas que apoiou financeiramente o festival. Já não fui a tempo de alterar essa situação e inclusivamente já pedi a colaboração aos nossos produtores para que no próximo festival estejam lá representados”.

Terminado este período dos trabalhos da Assembleia Municipal, passou-se de imediato ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**, dando-se assim cumprimento à Ordem de Trabalhos.

PONTO Nº 1 – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

CÂNDIDO ZOIO – PS

O senhor Deputado, na sua intervenção que a seguir se transcreve na íntegra disse o seguinte: ” O Relatório de Atividades e Informação financeira que aqui nos apresenta, reflete a atividade desde 28 de junho ...até... 28 de junho do corrente ano!

É verdade senhor Presidente um relatório de um dia ...pelo menos a fazer fé no texto que apresenta o relatório subscrito por Vossa Exa..

Bem sei que me vai dizer que é um lapso, mas os lapsos evitam-se em documentos de tanta importância como este, já agora que estamos em maré de correção de lapsos, pode corrigir por favor também a página 39 onde diz “gestão da aplicação informática do net emprego” essa atividade não é possível, pois essa aplicação já não existe, ela foi substituída há muito pela plataforma IEF online.

Mas deixemo-nos de pequenas correções e vamos analisar os grandes lapsos da gestão de Vossa Excelência.

Como tem fracassado a minha tentativa de ter acesso a um relatório pormenorizado da atividade da APE para perceber o porquê de Amarante não estar a ser atrativa para os investidores, para poder em conjunto, resolvermos os problemas, como se pede a uma oposição responsável, propondo melhorias para a atração de investimento, os dados inscritos na página 76 revelam que Amarante teve uma evolução relativamente ao relatório anterior na concretização de 2 projetos, e de um volume de investimento correspondente a 15 mil euros, e à criação de 2 postos de trabalho.

É verdade que os números são apenas números, mas eles medem por vezes a realidade, e a realidade é que Amarante não está a conseguir acompanhar o desenvolvimento da região. Peço, por isso, mais uma vez que nos faça chegar um relatório onde constem todos os dados que tenho vindo a pedir e que já me cansei de enumerar, é que esse relatório pode ser igualmente utilizado no exercício da reflexão e diálogo para uma tomada de decisão mais eficaz.

Mas senhor Presidente, abordemos agora aquele que é o lapso mais pesado: o da gestão financeira. Este relatório reflete a análise da execução financeira de 1 de janeiro a 31 de agosto.

Temos que continuar a alertá-lo para a prudência que tem de haver a nível financeiro. Desde logo, pela redução em variação homóloga de receita, e este cenário já é recorrente, tememos a possibilidade de problemas financeiros pela redução dessa receita em clima económico favorável no país e na região e ainda é mais grave pelo simples facto que houve um aumento de transferências correntes e mesmo assim a receita total diminuiu.

A partir da análise do mapa 3 da página 12 podemos verificar que as despesas correntes tiveram um aumento exponencial muito alavancadas pelos juros e outros encargos, aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes.

Senhor Presidente também sabemos pelo mapa da página 14, que à data de 31 de agosto a disponibilidade financeira do Município, cifra-se apenas em 1 658 068 euros abaixo dos 3 173 118 euros da dívida a curto prazo inscrita no mapa da página 15. Se fizermos um encontro de valores, o saldo é negativo, ou seja, estamos constantemente a ter menos dinheiro disponível com um endividamento a curto prazo muito elevado.

Pergunto, portanto, se nos pode informar, neste que é um dos reais indicadores financeiros que atestam a boa capacidade financeira do Município, se neste momento o prazo médio de pagamento a fornecedores se agravou ainda mais, do que aquele agravamento exponencial, referido pela Senhora Vice-Presidente na última Assembleia?

O Partido Socialista está preocupado com a execução financeira pois sabemos que mantendo esta evolução, facilmente, no final do ano podemos deparar, no encerramento do exercício orçamental com um saldo negativo pela segunda vez consecutiva na história do pós 25 de Abril, sendo que este é um indicador muito preocupante para o normal funcionamento de qualquer organismo.

Atendendo a este cenário, que é recorrente, perguntamos ao Senhor Presidente se vai continuar nesta estratégia perigosa de aumento da despesa, utilização abusiva de crédito bancário e dependência de fundos externos, na gestão do Município?"

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: “Vou começar a ganhar paciência para tentar vir aqui mostrar algumas incongruências. O senhor deputado deu a conhecer algumas de que já tinha falado, e deixe que lhe diga senhor deputado e isto sem ofensa; o senhor parece que tem reserva mental ou pelo menos análise seletiva. Agora já não falou que as receitas são essencialmente transferências de capitais e não despesas correntes,

porque não foram. Então agora já são receitas internas. Depois, também já não falou em aumento da despesa porque a despesa estruturalmente diminuiu. Certo senhor deputado? Mas mesmo sabendo isso foi buscar o dado da despesa corrente. A capacidade de crítica pode ir até ao limite. Mesmo sabendo que as coisas estão bem, vamos procurar uma fragilidade num outro sítio qualquer e assim sucessivamente. Portanto, a capacidade de crítica é ilimitada. Podemos apresentar os aspetos negativos e nunca realçar os positivos. Dentro dos aspetos negativos, aparece um que quando passa a positivo vamos buscar um outro que nos pareça negativo. Isto para dizer que nestas coisas há muitas incongruências. É claro que o senhor deputado já não falou no que falou na última Assembleia porque estes elementos mudaram. Embora eu ache que a análise que o senhor deputado faz é positiva, mas devia ser construtiva. Também não me parece que seja uma análise conscientemente destrutiva, mas apresenta uma série de incongruências. Há também uma coisa que se chama racionalidade e não me lembro que o senhor tenha vindo aqui alguma vez apresentar os múltiplos aspetos positivos que também constam no relatório de atividades.

Quanto aos saldos negativos, o senhor Presidente pode sempre recorrer a um artifício a que o seu Governo recorre todos os dias que são as cativações”.

MIGUEL ÂNGELO T. COELHO – PS

No uso da palavra, disse que pela análise do Relatório de Atividades, nomeadamente às páginas 69 e 70, no que concerne às atividades do Museu Municipal Amadeo Souza Cardoso e partindo do pressuposto que Amarante sempre esteve na vanguarda do panorama cultural português, e terra de grandes vultos das artes nas suas distintas formas. Esta terra e os seus habitantes sempre souberam reconhecer nos seus pares o virtuosismo que demonstram e aproximando-se o dia 25 de outubro, dia da celebração do centenário da morte de Amadeo de Souza Cardoso, talvez o expoente máximo do vanguardismo português e dos pintores mais vanguardistas do início do século XX, que deixou uma obra que enche de orgulho o país mas acima de tudo Amarante. No espírito de celebração deste centenário, a 25 de outubro, e a título de exemplo, o Município de Espinho inaugurou uma exposição de tributo a Amadeo e hoje mesmo, decorre nessa cidade uma mesa redonda no âmbito das cidades de Amadeo.

Em Amarante, a data aproxima-se e apesar do destaque dado pelo senhor Presidente da Câmara junto da comunicação social de um ano de centenário pródigo em comemorações de memória a Amadeo, muito pouco foi ainda feito. Bem por isso, vem o PS questionar o senhor Presidente da Câmara sobre quais as atividades programadas por parte do Município para comemorar o centenário da morte de Amadeo de Souza Cardoso?

CARLOS CARVALHO – PSD

No uso da palavra disse que relativamente ao assunto que agora se discute, gostava de realçar alguns dos pontos positivos, “um bocado na linha daquilo que tive oportunidade de fazer na última Assembleia Municipal, porque gosto de olhar para a parte cheia do copo e procurar coisas positivas. E uma das coisas positivas que aconteceu no espaço de tempo ocorrido entre a última Assembleia e a de hoje, e espanta-me que ainda não tenha sido abordado aqui, tanta é a atenção que por vezes se dá a algumas notícias, é que surgiu um relatório da empresa EVERIS, entidade independente que decidiu avaliar aquilo que os municípios em Portugal fazem na tentativa de atração de investimento, no apoio que dão ao empreendedorismo. Curiosamente, Amarante é um dos municípios mais destacados e com excelentes indicadores. Isto acontece porque há trabalho desenvolvido, que continua a ser desenvolvido por uma entidade que é InvestAmarante. Esta realidade e muitas outras atividades, que agora são realizadas, incomodam muita gente. É de ressaltar e de salientar e por isso que fique em ata, para todo o sempre, que existe um relatório que

fala sobre empreendedorismo de forma positiva e que não é um relatório que tenha a ver com a Câmara Municipal de Amarante, mas sim um relatório concebido por uma empresa independente. Portanto, os meus parabéns ao município por isso.

De seguida, apetece-me voltar a realçar - embora o Dr. Araújo já o tenha feito - aquela notícia que coloca Amarante como um dos municípios com excelente taxa de alojamento local que mais se evidenciou nos últimos tempos o que é realmente importante. Eu acho que também cabe aqui, neste ponto da Assembleia Municipal, que se lhe faça uma referência, não só porque estamos numa boa posição mas muito porque Amarante é o município do interior do Distrito do Porto que mais capacidade de alojamento local tem. Isto explica-se com o elevado número de atividades de qualidade que se tem vindo a fazer em Amarante e que só não vê quem não quer esta capacidade de investimento e esta capacidade de gerar negócios que permitam aos investidores privados investir. Aquilo que muitas vezes se apelida de despesismo não é mais do que investimento no território e que está a ter um impacto muito positivo. Acredito que podemos todos ter várias opiniões sobre alojamento local, mas o facto dele existir significa que há razões para que exista. É assim porque o Município de Amarante tem feito por isso.

Importa também dizer que Amarante foi também selecionada num projeto URBAT, na área da apicultura, um projeto que será liderado pela capital da Eslovénia e que foi cidade Europeia Verde. Este projeto possibilitará que venham a existir trocas de experiências entre a capital da Eslovénia e o nosso território fazendo com que Amarante possa também aqui evoluir. É mais um facto que deve ser realçado.

O UVVA voltou a bater recorde no número de visitantes e mais uma vez promoveu aquilo que de bom se faz no nosso território.

Porque tenho notado que ninguém da oposição tem falado em Carido e na zona industrial, quero realçar o facto desta zona industrial ter ultimamente sido mais falada em Amarante, porque parece que há neste momento muito mais intenções de investimento naquela zona industrial, existente já há muitos anos. Se existe mesmo essa intenção de investimento então estamos perante um excelente sinal daquilo que tem sido feito pelo Município na atração desse investimento. Pergunto então, se está a verificar-se essa intenção de investimento e se assim for espero mesmo que se concretize porque é um excelente sinal. Sendo esta uma zona industrial que não está à “porta” de uma autoestrada e havendo procura dos seus espaços, isso prova que afinal Amarante tem estado a dar passos largos na atração de investimento”.

JOSÉ LUÍS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra o senhor Presidente disse: “A primeira nota que eu queria dar é que o prazo médio de pagamento, e a propósito disso até estive a ver o relatório do Conselho das Finanças Públicas, relativo à execução orçamental da Administração do primeiro semestre em que eles, no quadro da página 13, onde não consta Amarante, mas pela intervenção do senhor deputado eu até pensei que os técnicos da Câmara não tenham feito chegar a informação correta e assim faríamos parte do quadro 3, relativo aos municípios com prazos de pagamento superior a um mês. Mas, mesmo nesse quadro não consta Amarante. Amarante paga sempre num período aceitável e tomaram as empresas que todos os clientes pagassem como paga a maioria dos municípios.

A segunda nota que eu queria dar é que a “cara não bate com a careta”. Não quer dizer que eu defenda aquilo que vou dizer. O senhor deputado quando vem aqui mostra as suas preocupações, vem com informação que eu não tenho, porque não tenho acesso a ela, mas a ideia que dá é que Amarante está muito bem. Por exemplo, o Gabinete de Inserção Profissional de Amarante, desapareceu. Na Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa é o único Município que não tem GIP – Gabinete de Inserção Profissional e havia um que nunca teve e passou a ter, que é Felgueiras. Dá ideia que eles, que até agora tinham pleno emprego, afinal estão a começar a ter

preocupações e nós que não o tínhamos, passamos a ter pleno emprego. É a leitura óbvia que deviam fazer, até porque a interpretação lógica que os senhores fizeram é que devíamos enaltecer aquilo que fizemos nos últimos anos. Esta leitura é óbvia e por isso é que os senhores não falaram. Mas deixem-me dizer-lhes que isso não é verdade porque nós continuamos com preocupações a nível de emprego. Devíamos pôr de lado a partidarite e discutir este problema de forma aberta e franca. O que importa fazer, não é mais um ou menos um pavilhão, porque quanto mais postos de trabalho forem criados, tanto melhor para nós, para as nossas famílias e para os nossos jovens. Por isso, a primeira crítica que quero fazer é que pensei que os senhores iam mostrar preocupação em saber como é que é possível Amarante, que sempre teve dois Gabinetes de Inserção Profissional, um da responsabilidade da Câmara de Amarante e outro em Vila Meã sob a gestão do Associação Empresarial, porque é uma área que nos preocupa muito, Isto só para dizer com alguma ironia que se nós fossemos olhar para a informação que às vezes nos chega, os senhores tinham de vir aqui dizer que temos feito um trabalho excelente. Temos feito algum trabalho no sentido de melhorar cada vez mais os indicadores fazendo a gestão de acordo com as receitas que o município tem. Claro que as receitas poderiam ser maiores se tivéssemos mais empresas, embora as coisas se estejam a inverter paulatinamente. Para quem analisa indicadores, coisa que o senhor deputado faz bem, e por isso quero contar com o seu apoio para em conjunto analisarmos e refletirmos sobre alguns que me preocupam em Amarante. Todos sabemos que, ao longo destas últimas décadas, Amarante foi perdendo alguma expressão, que é preciso inverter. Há muitas estratégias, cujos valores são mostrados neste relatório. Não quer dizer que os senhores não possam dizer que apostariam noutras áreas. Com certeza que sim. Há indicadores que efetivamente nos preocupam. O Executivo e os profissionais desta Câmara estão a fazer tudo o que lhes é possível para inverter todos estes indicadores”.

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra o senhor deputado disse o que a seguir se transcreve na íntegra: “Senhor Presidente, números são números, mas continuo a dizer que refletem realidades.

Quando mostramos a nossa preocupação, ela é fundada, senão vejamos: Estive a analisar o volume de exportações e as suas variações quer regionais quer locais no tempo e no território e devo dizer que fiquei assustado: Amarante desde 2013 tem vindo a decrescer no volume de exportações que como sabemos é um indicador importante do desenvolvimento:

2013: 79 milhões de euros

2014: 45 milhões de euros

2015: 40 milhões de euros

2016: 33 milhões de euros

2017: dados provisórios 31 milhões de euros. Todos os outros concelhos da região Tâmega e Sousa têm aumentado o volume de exportação, todos os anos, o que revela muito daquilo que temos vindo a alertar.

Depois, Amarante, que deveria ser um dos concelhos campeões, nesta região, tem por exemplo 20 vezes menos de volume de exportação que o concelho vizinho de Felgueiras e nos onze concelhos da região só tem 4 concelhos com menos volume de exportação, ou seja, para termos ideia Castelo de Paiva, neste momento está a competir com Amarante taco a taco neste domínio.

Uma nota relevante: o concelho que vem a seguir a Amarante na tabela tem três vezes mais volume de exportações que nós, e este facto deixa-nos muito preocupados. Senhor Presidente, não queremos, neste campeonato, pertencer “à liga dos últimos”. Gostávamos de ver Amarante na liga dos campeões.

Tem, para isso, urgentemente, que repensar a sua estratégia de governação”.

JOSÉ LUIS GASPAR JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse: “Os indicadores que o senhor Deputado apresentou também nos preocupam. Amarante padece de um problema de competitividade territorial. Aquilo que alguns municípios têm feito para conseguir captar e fixar os empresários para os seus territórios tem a ver com a capacidade negocial em termos de território. Amarante, nas últimas três décadas, nada fez para que o território fosse competitivo. É isso que agora falta fazer. Foi, o que eu há bocado tentei dizer, quando me referi ao facto de termos de pôr de lado a partidarite e todos em conjunto, refletirmos sobre aquilo que é a necessidade de fazermos investimento para que haja acolhimento empresarial com estruturas condignas para podermos ser competitivos e assim inverter o ciclo. Quero dizer-lhe que esse trabalho tem de começar hoje, que não sei quando acabará porque é um processo longo que não se consegue fazer num só mandato, nem em dois, mas que alguém terá de o começar a fazer. Para isso, os senhores deputados devem ter a mente aberta e a capacidade de perceber que vamos ter de ter medidas impopulares e coragem política para o conseguir. Vamos começar a discutir já no próximo mês estas matérias, abertas ao público, ficando desde já todos convidados para aparecer. Efetivamente, temos aqui quebras de receita. Temos, sim senhor. Elas têm de aumentar, têm sim senhor. Como é que o vamos fazer? Fica a sugestão para nos ajudar e porque não pegar no exemplo de Felgueiras que até é um bom exemplo. Mas afinal o que é que eles têm que nós não temos? Quero ver a coragem do PS, que durante três décadas não tratou destas matérias, se agora vai ter coragem para acompanhar algumas das propostas que irão ser feitas.

Relativamente a Amadeo estamos a trabalhar para que no dia 25 de outubro seja dado início a um ano de atividades. Estivemos em articulação com a Câmara de Espinho que iniciou as comemorações com uma exposição e só depois desta terminada iniciaremos as nossas comemorações. O senhor Ministro da Cultura foi convidado a estar cá presente no dia 25 de outubro. Haverá uma homenagem na manhã do dia 25 que consiste em depositar uma coroa de flores no cemitério. De seguida far-se-á uma visita ao atelier que já foi reabilitado. Será apresentado também o projeto de ampliação do Museu. Será ainda apresentada uma tese de doutoramento do Professor Luís Damásio, financiada integralmente pela autarquia, sob título – Galeria de Amadeo, Vida Pintada -- a publicar em dois volumes. Será apresentada a programação para um ano de trabalho à volta das comemorações. Este dia culminará com um jantar oficial, seguido de um concerto da Orquestra do Norte. No fim de semana seguinte, no dia 27 de outubro, será feita a estreia de uma peça representada pelo Grupo de Teatro Filandorra, apoiada pela DGARTES, que tem a ver com Amadeo. Vai também aparecer um livro de banda desenhada, também patrocinado pela Câmara. Em resumo, quero dizer que durante um ano Amarante trabalhará a marca e a identidade Amadeo, porque não devemos descurar Amadeo”.

CARLOS CARVALHO – PSD

No uso da palavra disse que era importante realçar uma coisa que sistematicamente aqui é feita pela bancada do PS, e em particular pelo senhor Deputado Cândido Zoio, que traz aqui os números das exportações. É uma preocupação de todos nós e o senhor Presidente da Câmara tem-no dito várias vezes. Para explicar estes números, é importante haver aqui um contexto. Amarante tem a sua indústria muito centrada na construção civil e na metalomecânica pesada. Como é por todos sabido, fruto da crise económica que vivemos, estes setores foram gravemente afetados. Mesmo depois da crise, que para o nosso país ainda não passou totalmente, a indústria metalomecânica continua com problemas sérios porque tem a concorrência asiática e do leste da europa com mão-de-obra muito mais barata. Os industriais de Amarante exportam menos e com menos valor em relação ao antigamente. O que importa aqui discutir quando nos comparamos com os municípios vizinhos é ver o que é que esses municípios fizeram, nas décadas atrás, e ver em que

áreas eles investiram. Vimos que investiram em áreas que geram valor, como seja o calçado e o têxtil, produtos que hoje exportam em altos valores, o que faz com que apresente os valores que conhecemos. Enquanto nós estamos alicerçados em indústrias que estão a perder valor, eles estão alicerçados em indústrias que estão a ganhar valor. E é isto que importa dizer e não que as exportações em Amarante estão a descer e que tudo isto é culpa de um Executivo que está cá há meia dúzia de anos. É preciso dizer o que se faz nas décadas anteriores. Todos sabemos que é preocupante, mas o trabalho que é preciso fazer para contrariar isso, demora tempo. Os empreendedores de hoje não investem logo em indústrias capazes de exportar milhões. Isso não se consegue assim. Consegue-se com um trabalho de sapa como o que se está a fazer agora. O senhor deputado gosta muito de vir para aqui com alegorias futebolísticas e dizer que estamos na Liga dos últimos em vez de estarmos na Liga dos Campeões, mas esquece-se que, com todo o respeito, nos deixaram a jogar na FADA. É preciso dizer que se não somos competitivos como os outros municípios é porque houve uma má aposta nos investimentos para Amarante. Nós sempre estivemos bem alicerçados enquanto a construção civil e a metalomecânica estavam fulgurantes.

Em vez de se vir aqui menosprezar o trabalho que é feito por organizações de pessoas que se dedicam a tentar atrair e convencer outros a vir cá investir, deviam olhar para décadas de investimento não feito a quadros comunitários não aproveitados, de zonas industriais não criadas e de atração que não existiu. Portanto, olhem para aquilo que deixaram de fazer.

HUGO CARVALHO - PS

No uso da palavra disse que relativamente a Amadeo, parece que Amarante perdeu uma oportunidade de fazer algo maior. O senhor Presidente da Câmara falou de uma iniciativa, com todo o mérito e na qual todos nós devemos estar presentes, mas julgo que era preciso mais. Um centenário pode começar a ser celebrado no ano anterior, no ano e terminar no ano seguinte. Era importante prolongar o centenário de Amadeo para recuperarmos aquilo que não fomos capazes de fazer até agora.

A segunda nota é que fiquei preocupado com as suas afirmações relativamente a algumas medidas menos populares que poderiam vir na área da indústria. Quero apenas deixar esta nota de preocupação, esperando que seja depois concretizada. Obviamente que o PS estará sempre disponível para debater o assunto, embora tenhamos alguma preocupação com a nota que aqui foi deixada.

CÂNDIDO ZOIO - PS

Usou de novo a palavra para dizer que Amarante não é o único concelho da região que dependa muito da construção civil. Se o senhor deputado nos tentou dizer que Amarante, pelo facto de estar mais ligada à construção civil, “caiu” com a crise, o que foi verdade, mas devia ter sido dito que depois se reergueu. Reergue-se também no Marco de Canavezes que é um território que tem uma lógica muito parecida com a nossa em termos de indústria, e está também muito ligada à indústria da pedra. O Marco de Canavezes tinha em 2013, 57.000.000 de euros de valor de exportações. Amarante tinha nessa altura 79.000.000 de euros. Hoje, Amarante tem 31.000.000 de euros de exportações e o Marco subiu para 90.000.000 de euros, o que quer dizer que num concelho que é muito semelhante em termos de volume de negócios ligados à construção civil e à indústria da transformação da pedra, evoluiu muito nesse sentido. Alpendurada, neste momento, é um bom centro para muitas dessas empresas.

ZITA PEREIRA – PSD

No uso da palavra a senhora deputada disse: “A comparação das exportações na região do Tâmega e Sousa e a intenção de pretender responsabilizar o executivo

nesta matéria, revela uma atitude de quem gosta de espetar garfos nos olhos dos adversários e não consegue negociar compromissos.

O nível de exportações em Felgueiras deve-se ao cluster do calçado, maduro, particularmente dinâmico, definido há décadas, nos mercados externos, que inicialmente teve um período de crise com a aposta da produção nos mercados asiáticos e reverteu com a aposta na qualidade direcionada para um mercado de exportação para concorrer com o mercado italiano.

O nível de exportações do Concelho do Marco de Canaveses, deve-se essencialmente à internacionalização na indústria de extração e transformação da pedra que caracteriza a indústria transformadora, a indústria têxtil, para além da atividade da construção.

Amarante tem essencialmente a indústria metalomecânica, com a fabricação de produtos metálicos que está fortemente associada à atividade da construção.

Estas dualidades de critérios de comparação da estrutura industrial revelam padrões que, não têm sequer modo de comparação de tão heterogêneos que são, de diferentes níveis de especializações industriais dos concelhos da região.

O turismo é a atividade dos serviços que merece uma atenção crescente, como foi referido. Serve para definir Amarante como “Sintra”, pelas suas características naturais, históricas e culturais, com forte potencial de desenvolvimento. Esta nova dinâmica regional é o que se deveria estar aqui a debater”.

ANTÓNIO TOMAZ – CDS/PP

No uso da palavra disse que a indústria têxtil na nossa região nasceu em Vila Meã. Naquela altura, esse potencial não foi aproveitado por falta de condições e parte dessa indústria deslocou-se para o Marco, e Penafiel e Lousada. Isso aconteceu numa altura em que se devia ter criado uma zona industrial em Vila Meã, que foi projetada mas que nunca avançou. Toda essa indústria que é exportadora está centrada no Marco, em Penafiel e em Lousada. Mas ainda hoje continuamos com o mesmo problema. Há empresas têxteis de Vila Meã que neste momento estão a mudar-se para Penafiel.

CARLOS CARVALHO – PSD

No uso da palavra disse que na intervenção anterior, Amarante estava muito alicerçada no setor de construção civil e na indústria da metalomecânica pesada. A metalomecânica compra o ferro, transforma-o e exporta-o. Quando esse material chega lá fora deixa de ser competitivo devido ao preço a que nós o temos, uma vez que há a concorrência asiática e a da europa de leste a metade do preço. Por estas razões, o volume de exportações cai.

O Marco, tem a pedra, que não precisa de comprar, que transforma e exporta. Não precisa de a comprar fora. O senhor deputado fez uma má análise e esqueceu-se de dizer que hoje Amarante exporta menos, porque não foi preparada para isso.

ANTÓNIO ARAÚJO - PSD

No uso da palavra disse: “Acho muito bem que todos estejamos preocupados com as exportações e com a criação de emprego. Em 2010, manifestei ao senhor Presidente da Câmara que era necessário captar investimento, criar emprego e aumentar a capacidade industrial. A resposta que na altura ouvi foi que isso era assunto para os privados. Pelos números dos Censos, podemos ver que Amarante entre 2001 e 2011 foi um dos municípios que perdeu população. Todos os outros aumentaram. Isto é um sintoma que já vem dessa altura e continua agora. Não somos competitivos porque não construímos plataformas industriais quando foi possível fazê-las com fundos estruturais e agora vamos, sem esses apoios, ter de o fazer. Naquela altura a maior empresa de Amarante era o Hospital de Amarante. Todos sabem o que é que aconteceu ao Hospital de Amarante, ou não sabem?”.

JOSÉ LUÍS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

Usou de novo a palavra para dizer: “Falei num ano para as comemorações de Amadeo. Não falei da programação. Não sabem se grandes nomes irão surgir durante esse ano. A primeira coisa que ouvi, foi que um ano era pouco. Se eu tivesse dito dois, provavelmente diriam também que era pouco e que deviam ser três. Senhor deputado, eu lanço-lhe aqui um repto – faça-me chegar uma ideia que possa ser utilizada na melhoria da programação e eu comprometo-me a analisá-la convenientemente e colocá-la-ei no programa das comemorações se ela tiver enquadramento para tal. Fica o repto lançado. Se o senhor deputado, sem saber o que é, já consegue criticar, acredito que sabendo um pouco do que vão ser as comemorações, deixará de criticar e com isso vai ajudar a colocar Amadeo num patamar acima daquele que hoje já ocupa e que é bem lá no alto”.

De seguida, foi dada a palavra ao senhor **VEREADOR ANDRÉ MAGALHÃES**, que, no uso da mesma disse: “Gostava hoje de assinalar uma data muito especial para o Município de Amarante, porque faz hoje dois anos que foi apresentado publicamente a estrutura do InvestAmarante. Anunciamos nessa altura que tínhamos uma equipa dedicada, com projetos próprios para ajudar os empresários locais e aqueles que são potenciais investidores no nosso concelho, incentivando-os a fixarem-se. De há dois anos para cá fizemos um trabalho com muitas conquistas, onde podemos incluir o UVVA, aquela que é a distinção da UNESCO, alguns projetos de empreendedorismo sendo que alguns foram já concretizados. Posso também dizer que as últimas edições da revista Smart Cities indicam Amarante como um caso de sucesso. Numa das suas últimas publicações, uma das especialistas na área da regeneração urbana, a Dra. Margarida Campolargo diz que Amarante é um dos casos que deve ser seguido, porque mesmo sem fazer uma aposta na área das Smart Cities Digital, fê-lo na área Humana. Portanto, muitas coisas têm sido conquistadas pelo Município de Amarante e em concreto pelo Invest Amarante.

Quanto à questão das exportações, e para que se faça uma análise correta dos dados deve ser feita uma distinção entre os valores nomeadamente o efeito daqueles que são chamados de Outliers, aquelas que são de uma ou de duas empresas que tendo uma dimensão tão grande leva a que uma ligeira variação no volume de negócios ou de faturação vá criar um impacto muito grande.

Para terminar desafio a que me digam quais foram as boas medidas dos municípios aqui falados anteriormente para impulsionar essas exportações e nós teremos todo o prazer em analisar, estudar e aplicá-las ao nosso Município, se for caso disso. Termina com a questão dos dados dos investimentos. Somos o Município que tem estruturas dedicadas à captação do investimento que mais dados disponibiliza comparativamente a Famalicão, Braga, Porto e Águeda. Todos eles utilizam os dados do INE para falarem da área de investimento. Não utilizam estes que usamos internamente. Durante um ano inteiro, pediram esses dados para poderem dar propostas, mas desde 2013 que não vimos nenhuma, chegando ao ponto de dizer que não apresentam propostas porque o Município não dá informações. É verdade que temos muitas coisas a melhorar, mas estamos disponíveis a receber propostas para melhoria das ações a tomar. Estou convicto que dentro em breve teremos boas notícias”.

PONTO Nº 2 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL – AVISO N.º 001/DOLMEN/10216 – RENOVAÇÃO DE ALDEIAS

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse: “A proposta que aqui nos apresenta vai ao encontro da revitalização e de potenciar os territórios chamados de baixa densidade, desenvolvendo a economia local e assumindo-se como uma âncora para evitar a fuga da população destes territórios, e esta é uma prioridade, como sabemos do atual governo apoiado pelo Partido Socialista, e este é um desses casos.

Portanto nós, bancada do Partido Socialista, vamos votar favoravelmente a proposta apresentada”.

Como mais nenhum senhor deputado se inscreveu para usar da palavra, foi o ponto posto de imediato à votação, tendo sido aprovado por **UNANIMIDADE**. Foi também votado em minuta, por **UNANIMIDADE**, para poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 3 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA 3.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2018 – REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse: “A proposta que aqui nos é apresentada espelha a reorganização que o Executivo pretende incorporar no município. Ela deveria ser um instrumento estratégico e político das organizações para executar um fim. Ela deve ser ponderada e estudada para se verificarem quais os impactos na eficiência e na eficácia. Esta reorganização apenas serve para formalizar uma limpeza de mapas de pessoal e fazer a acomodação dos trabalhadores nas diferentes estruturas.

Posto isto, o Partido Socialista entende abster-se na proposta apresentada”.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 0, abstenções: 21, votos a favor:28**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

Usou de seguida a palavra o senhor Deputado **ANTÓNIO ARAÚJO** que disse que relativamente aos pontos 3, 4, 5, 7 e 8 sugeria à sua bancada que vote a favor, embora, na altura própria venha fazer uma intervenção relativamente ao ponto número 7.

PONTO Nº 4 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA A DESENVOLVER NA ÁREA DE REABILITAÇÃO DA CIDADE DE AMARANTE

Relativamente a este ponto inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

SUSANA PINTO – PS

No uso da palavra disse que a ORU de Amarante, parece ser um documento que a grosso modo está bem elaborado, mas obviamente decidimos pela abstenção por uma razão muito simples: os grandes projetos não coincidem com as grandes opções políticas e de investimento do PS. Para isso dou dois exemplos – um na mobilidade, outro no edificado. No edificado, entendemos que o Cine-Teatro de Amarante seria ótimo que já estivesse pronto para a estreia da peça de teatro atrás anunciada sobre Amadeo, que tanto nos honra, porque Amarante precisa de um espaço com outra dignidade. Amarante precisa urgentemente de um espaço que possa acolher grandes eventos.

Relativamente à mobilidade, não podemos deixar de referir a construção que se pretende fazer de um parque de estacionamento junto ao rio, na margem direita junto ao antigo hotel Silva, hoje Des Artes. Para que não digam que nós não apresentamos propostas, terei todo gosto em fazer chegar uma para o programa Amadeo. Embora se saiba que está prevista a reabilitação da Avenida Alexandre Herculano, não é referido

em lado nenhum qualquer solução para o estacionamento caótico que hoje ali se verifica, embora saibamos que não é fácil de resolver. Aquele é um ponto da cidade que precisa todos os dias de estacionamento e não só quando acontecem as festas ou grandes eventos. O mesmo se passa na zona circundante ao Mercado Municipal.

Quero também dizer que aprecio particularmente a decisão de alterar o funcionamento do parque privado atrás do Navarras que está desaproveitado e inclusive está fechado à noite. O nosso sentido de voto prende-se com as opções a ser tomadas, embora o PS entenda que a ORU é um instrumento muito importante no desenvolvimento do concelho.

ANTÓNIO ARAÚJO- PSD

No uso da palavra disse: “Foi a primeira vez que ouviu a oradora anterior e queria registar a racionalidade com que fez a sua declaração. Fez declarações úteis e construtivas. Nós estamos todos aqui para que com as nossas intervenções possamos ajudar a melhorar a qualidade de vida das pessoas. Contudo, aquilo que a senhora deputada referiu acerca do Cine-Teatro, bem como da célebre Avenida Alexandre Herculano, quero dizer-lhe que essas obras já vêm no programa do seu partido desde 1996. Penso que, neste momento, o contrato do Cine-Teatro está pronto a ser adjudicado e, por isso, a obra vai-se fazer. Não há dúvida nenhuma que a Avenida Alexandre Herculano é também uma prioridade, mas repare que nós estamos agora a fazer tudo aquilo que já devia estar feito há mais de vinte anos. Eu partilho das suas preocupações, mas há aqui um hiato muito grande de omissão e de marasmo.

SUSANA PINTO – PS

Usou de novo da palavra para dizer: “Se não fosse preciso fazer nada, não tínhamos necessidade de termos uma Câmara neste momento. Há muitos outros sítios onde é preciso intervir, porque Amarante é um concelho vasto. Em termos de emprego, eu tenho a certeza que todos os empresários de Amarante estão disponíveis para criar emprego e riqueza, mesmo tendo em conta as medidas adversas que lhes possam surgir. Acredite que sei do que estou a falar”.

JOSÉ LUÍS GASPAR JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara disse: “Relativamente à intervenção da senhora deputada Susana Pinto e às considerações que ela fez em relação à Avenida Alexandre Herculano, quero dizer-lhe que tocou num ponto estrutural. Aquela Avenida é uma dor de cabeça há muitos anos em Amarante. Seguramente nunca foi intervencionada porque não havia forma de resolver o problema do estacionamento. Embora havendo um parque de estacionamento no Arquinho, que lamentavelmente é de uma entidade privada, mas que não funciona bem, já se tentou, em vários mandatos tentar chegar à fala com o proprietário, mas não se consegue. Tanto no passado, como agora, a Câmara estaria disposta a avançar com uma proposta de aluguer ou até de compra, mas até hoje ainda não foi possível.

O projeto para a intervenção na Avenida está a ser desenvolvido pelos serviços da Câmara. Algum deste compasso de espera deve-se ao facto de estarmos em negociação com os proprietários dos terrenos ali próximos para se poder fazer parque de estacionamento. Na última semana houve já contactos com um dos proprietários possíveis para eventualmente se poder negociar o terreno. A partir daí faz sentido dar início a essa reabilitação.

Relativamente à questão do Cine-Teatro, a ideia quer do passado, quer do presente, não era aumentar a capacidade instalada do edifício em termos de cadeiras. O edifício será o mesmo e nunca houve a ideia de se fazer um edifício de raiz. Há ideias para que no futuro possamos ali criar áreas para poder ter outras atividades culturais. Em termos tecnológicos e de dimensão, aquele edifício ficará preparado para ter espetáculos de excelência, não se envergonhando com nenhum outro equipamento

a nível nacional. Ao nível tecnológico e de “boca de cena”, o edifício será um dos que terá maior investimento. Só aí serão investidos um milhão e meio de euros. Não fazia sentido, até por uma questão estratégica, colocar aquele edifício como residência artística porque isso ia impedir uma utilização plena do mesmo. Se isso vier a ser necessário, é preferível fazer um edifício à parte. Vai ser um equipamento de excelência que nos vai orgulhar a nível nacional.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 0, abstenções: 21, votos a favor:28**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 5 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CANDIDATURA À LINHA DE CRÉDITO PARA DESPESAS COM AS REDES SECUNDÁRIAS DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL

Como apenas se inscreveu para usar da palavra o senhor Deputado **CÂNDIDO ZOIO**, que disse que a sua bancada votava favoravelmente este ponto. Assim, depois de posto à votação foi apurada a sua aprovação por **UNANIMIDADE**. Foi ainda votado em Minuta, tendo também sido aprovada por **UNANIMIDADE**.

PONTO Nº 6 – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE A INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA SEMESTRAL - PRIMEIRO SEMESTRE DE 2018

Inscriveu-se para usar da palavra apenas o senhor Deputado **CANDIDO ZOIO**, do PS que disse: “A única apreciação que fazemos a este relatório é que mantemos tudo o que referimos na análise da situação económica e financeira da autarquia exposta no primeiro ponto desta reunião”.

PONTO Nº 7 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E TOMADA DE POSIÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DA INSPEÇÃO GERAL DE FINANÇAS – IGF, SOBRE A AÇÃO DE CONTROLE AO MUNICÍPIO DE AMARANTE – URBANISMO – (TRIÉNIO 2013/2015)

Relativamente a este ponto, deu entrada na Mesa da Assembleia uma proposta, que foi lida pelo senhor Presidente da Assembleia, subscrita por todos os líderes parlamentares com assento na Assembleia Municipal, que a seguir se transcreve na íntegra: “*Nos termos do disposto no artigo 25º, nº 2 , alínea g) do anexo 1 à lei nº 75/2013, de 12/09 a Assembleia Municipal de Amarante, reunida em sessão ordinária de 29 de setembro de 2018 delibera; 1 – Tomar conhecimento do teor do relatório definitivo nº 2017/944 da Inspeção Geral de Finanças (IGF), sobre a ação de controlo do Município de Amarante, abrangendo o triénio 2013/2015, nomeadamente quanto às suas conclusões e respetivas recomendações; 2 – registar e confirmar o contraditório já oportunamente deduzido pela Câmara Municipal de Amarante (CMA), na sequência do qual foram sanadas algumas das anomalias ali apontadas; 3 – Solicitar à CMA que continue a adotar as medidas e decisões que se revelam adequadas à concretização das recomendações formuladas no relatório”.*

Inscriveu-se para usar da palavra o senhor deputado **ANTÓNIO ARAÚJO** que disse: “Nós analisamos o relatório e tendo verificado que se reporta ao período de 2013/2015, e engloba ainda algumas partes do Executivo 2009/2013, e como legalmente compete à Assembleia tomar conhecimento e tomar posição sobre este relatório, eu fiz uma pesquisa e reparei que normalmente as Assembleias deliberam só tomar conhecimento. Não faz mal nenhum ir um pouco mais à frente e dar cumprimento ao requisito legal de tomar uma posição. Por esta razão o Grupo Municipal do PSD entendeu fazer uma proposta, que propõe aos restantes líderes

desta Assembleia, tomarem uma decisão conjunta, que é de realçar, porque tem interesse que a Assembleia recomende à Câmara que continue, até encerrar todo este processo, a solucionar as anomalias que são apontadas.

CANDIDO ZOIO - PS

No uso da palavra disse que a tomada de posição relativamente ao Relatório é da Assembleia Municipal. A Assembleia apenas tinha de tomar conhecimento da proposta e depois tomar a posição que tomou.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 0, abstenções: 21, votos a favor:28**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 8 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECRUTAMENTO E PROVIMENTO DE PESSOAL DIRIGENTE – NOMEAÇÃO DE JÚRI DE CONCURSOS

Inscreeveu-se para usar da palavra apenas o senhor deputado **CÂNDIDO ZOIO**, do PS que disse: “O Partido Socialista vai abster-se na proposta apresentada, em coerência com a votação que fez na reorganização do mapa de pessoal”.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 0, abstenções:21, votos a favor:28**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

Como não havia mais nenhum assunto a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos quando eram treze horas e trinta minutos. Da reunião foi lavrada a presente ata, que depois de aprovada será assinada pelo senhor Presidente e pelos Secretários.

O PRESIDENTE _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____